

Governo quer dar mais autonomia a instituições

Por Fabio Graner e Catherine Vieira | De Brasília

Para abrir mais espaço no orçamento nos próximos anos, o governo estuda a possibilidade de dar mais autonomia financeira às instituições públicas, como universidades e agências, na captação e gestão de seus recursos. A ideia, segundo apurou o Valor, é permitir que elas encontrem mecanismos para obter recursos próprios sem que estes entrem na conta única do Tesouro e sejam passíveis de contingenciamento. Com a vigência do teto para o gasto público e o aumento das despesas obrigatórias, torna-se mais urgente buscar soluções para ampliar a margem no orçamento.

Com isso, esses órgãos teriam mais capacidade de gerenciar suas contas e projetos em um ambiente de forte restrição fiscal. Os estudos obedecem à política do governo de reduzir o tamanho do Estado com medidas como privatizações e fechamento de empresas que não fazem mais sentido como públicas.

Também já vem sendo dado pela área técnica do governo apoio à tramitação do projeto de lei da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) que autoriza a criação de fundos

patrimoniais ("endowment fund") nas instituições de ensino federal. Havia uma discussão para a construção de um substitutivo ao projeto que permite a criação de fundos compostos por doações feitas por pessoas jurídicas e físicas a essas universidades.

Uma das propostas em discussão, inclusive, é permitir doações com objetivos específicos, como o financiamento de uma determinada pesquisa científica. Recentemente, o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e aguarda redação final para ser enviado ao Senado. Um dos objetivos da medida, conforme a proposta original da deputada, é que esse tipo de fundo venha a se tornar "uma fonte vitalícia de recursos, imune às interveniências políticas na definição do orçamento da instituição federal de ensino superior", além de reforçar os recursos disponíveis para o financiamento não só de melhorias na estrutura física das universidades, mas até de bolsas.

Um dos caminhos para dar maior autonomia a instituições públicas é transformá-las em Organização Social (OS) ou alguma outra estrutura que permita ter uma arrecadação privada que sustente seus gastos de custeio, como pessoal e outros.

Essa possibilidade se aplicaria a centros como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) ou a Universidade de Brasília, além de museus e parques, entre outros.

No caso de centros como o ITA e a UNB, que são vistos como estruturas com potencial relevante de geração de recursos próprios por meio de consultorias, proximidade com empresas grandes como a Embraer, serviços como concursos, um exemplo que tem sido considerado é do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), uma OS vista como bem sucedida.

A avaliação no governo é de que ter esse tipo de instituição totalmente vinculada ao governo só atrapalha, impedindo voos mais altos e melhores condições para seus funcionários de nível mais elevado e até um aumento nos seus quadros de pessoal. No caso dos funcionários públicos atuais, uma das hipóteses é dar a eles a opção de serem transferidos para essas OS, sem obrigatoriedade. Se fizerem a opção, deixariam de ser funcionários públicos.

O outro lado da história é que, à medida que elas aumentam sua capacidade de geração de caixa, o governo vai se distanciando e não retornaria para compensar eventuais frustrações.





No caso de agências reguladoras como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Energia Elétrica Aneel), por exemplo, uma mudança que conferisse maior autonomia de recursos é vista como mais complicada porque envolve alteração na Constituição, ainda que isso seja visto como possível em algum momento futuro.

Apesar dos estudos, o governo sabe que o impacto orçamentário de dar mais autonomia para algumas instituições não é tão grande, ainda que para elas o ganho da liberdade de se autofinanciar possa ser muito relevante. Por isso, a equipe econômica insiste na necessidade de reformar a Previdência para conter a trajetória de alta dos gastos obrigatórios.

Previdência é vital para segurar juro, diz presidente do Ipea

Por Fabio Graner | De Brasília

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, disse, em entrevista ao Valor, que a aprovação de uma versão mais enxuta da proposta de reforma da Previdência já será fundamental para manter os juros baixos nos próximos anos e reduzir o custo de capital no país.

Segundo ele, sem a reforma, a dívida bruta brasileira vai superar 90% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 e chegar a 100% do PIB em 2025, fazendo com que os juros voltem a subir fortemente. "Isto elevaria o custo de capital no Brasil", disse.

A visão apresentada pelo titular do Ipea é que a proposta original do governo era melhor e garantiria por mais tempo a estabilização dos elevados déficits previdenciários no Brasil, hoje em 8% do PIB na União e em 13% do PIB quando se incluem as esferas estaduais e municipais.

Com uma versão menor da reforma, o Brasil ao menos conseguirá nos próximos anos estabilizar sua dívida na casa de 80% a 85% do PIB e manter o teto de gastos. Com a versão anterior, o entendimento dele é que, ao longo do tempo, o país conseguiria reverter a trajetória e reduzir a dívida para o patamar de 2015 após 20 anos.

"Todas as reformas são para manter o juro baixo e conseguir segurar o nível de endividamento público brasileiro", disse. "Sem a reforma da Previdência, seremos obrigados a emitir dívida, a estourar o teto. Acabou. Volta o que era antes. Traz incerteza de volta, a inflação de volta, aumento do custo de capital de volta. Não vai ter a volta do crescimento sustentável", acrescentou, comentando ainda que o desemprego no Brasil ficaria estruturalmente elevado.

Apresentando uma série de dados que mostram o que ele classifica de "discrepância absurda" no sistema previdenciário brasileiro, Lozardo disse que a realização da reforma da Previdência é questão de responsabilidade social, que deveria ser considerada pelos parlamentares.

A despesa anual por beneficiário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores do setor privado, é de R\$ 17,4 mil, contra os R\$ 101,8 mil do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos. Nesse sentido, ele destacou que a versão mais enxuta da reforma ainda ataca esse problema da discrepância entre os sistemas público e privado.

Outra comparação feita foi entre o benefício médio dos aposentados do INSS, de R\$ 1,2 mil mensais (líquido), com o dos aposentados do Legislativo, de R\$ 28,2 mil. "É uma ofensa", disse. O levantamento do Ipea foi feito com base em dados do Siape, do Ministério

do Planejamento.

Além do problema da desigualdade, o presidente do Ipea salientou que a reforma da Previdência é necessária para aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro. Nesse sentido, ele salientou a média precoce de aposentadoria no país, com 54,9 anos de média no sistema de tempo de contribuição.

Lozardo destacou que, nessa idade, as pessoas têm plena capacidade de trabalho e, com a aposentadoria, fica prejudicada a produtividade da economia e o sistema é muito onerado, porque o benefício é pago por cerca de 30 anos, basicamente o tempo de contribuição do trabalhador.

Para o presidente do Ipea, a reforma da Previdência será o eixo de uma mudança no papel do Estado brasileiro, passando de indutor/vetor da economia para parceiro do setor privado. "Há mudança radical no conceito do papel do Estado, que passa a ser um articulador do crescimento e não um indutor", disse.

Para ele, o país está corretamente convergindo com a América Latina para um modelo de estado liberal, de capitalismo de mercado, que a reforma terá o poder de consolidar. Lozardo afirmou ainda que a medida vai desenvolver a poupança de longo prazo e a indústria de fundos no Brasil, necessários para alavancar o investimento e o crescimento econômico.

Eleição 2018: mercado já tem guia e candidatos

Por Angela Bittencourt

Enquanto o presidente Michel Temer e líderes dos partidos aliados engatam uma reforma ministerial capaz de atender a múltiplos interesses e assim garantir os 308 votos necessários para a aprovação de alguma reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, bancos, assets e consultorias já estão mobilizadas para as eleições de 2018. Nas próximas semanas, deve ser acelerada a distribuição, iniciada há poucos dias, de cartilhas, guias ou manuais sobre as eleições brasileiras do ano que vem.

Gestores de recursos tratam de municiar investidores com informações sobre potenciais candidatos: trajetória profissional, nível educacional e filiação partidária. E, sobre os candidatos que já são políticos, os manuais da eleição trazem uma retrospectiva de certames passados e perfil de eleitores.

A iniciativa das instituições pode parecer apressada a um ano da eleição, mas ela não será só mais uma. A próxima eleição será a primeira a ocorrer após uma troca de governo e uma inédita recessão econômica.

Itaú e BNP Paribas divulgam cartilhas e listam candidatos

Em 2018, as urnas deverão produzir, no mínimo, um governo substituto a "2 em 1". O próximo titular no Palácio do Planalto será o sucessor de Michel Temer e de Dilma Rousseff, ex-presidente afastada do cargo, em definitivo e por crime de responsabilidade, no fim de agosto do ano passado.

"O tema 'Eleições 2018' chegou antes do que se imaginava. E neste cenário eleitoral antecipado, as reformas econômicas serão protagonistas e não coadjuvantes", avalia Sérgio Goldenstein, sócio e gestor da Flag Asset Management e ex-chefe do Departamento de Operações de Mercado Aberto do Banco Central (Demab).

Em entrevista à coluna, Goldenstein afirma que, se passar algo da Previdência, os mercados domésticos devem reagir muito positivamente, com alta da bolsa, valorização do real e fechamento da curva de juros. A confiança do setor real da economia seria ampliada e contribuiria para acelerar o crescimento. "Uma economia mais forte, com geração de empregos, inflação contida e juros baixos, pode tornar-se um trunfo nas eleições presidenciais. Por outro lado, um cenário de maior instabilidade econômica, improvável mas que não deve ser descartado, abriria espaço para candidatos outsiders, o que não

interessa aos partidos da base aliada, inclusive o PSDB", diz Goldenstein.

Alexandre Póvoa, presidente da Canepa Asset Brasil, avalia que as Eleições 2018 gradativamente poderão começar a interferir na formação de preços dos ativos. "A evolução da economia não será suficiente para reduzir significativamente o risco eleitoral, que deverá permanecer elevado diante deste vácuo de um candidato reformista com credenciais de popularidade para vencer uma contenda presidencial. As crises partidárias dentro do PSDB e Rede, assim como a magnitude do voto potencial em Jair Bolsonaro, acendem a luz amarela", afirma Póvoa que tem convicção "ainda mediana" que prevalecerá um candidato capaz de dar continuidade à agenda reformista. O economista entende, porém, que esse cenário só deve se cumprir com ao menos uma de duas condições: futura união dos partidos mais "centristas" visando a manutenção do status quo ou ascensão de um candidato popular fora do meio político.

O Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco, chefiado por Mário Mesquita, ex-diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), distribuiu o "2018 Elections Guide" na semana passada. O BNP Paribas também fez





circular o "Brazil: Election Tracker", assinado por Marcelo Carvalho, economista-chefe para Mercados Emergentes na América Latina.

Os dois relatórios apresentam dez potenciais candidatos a presidente com a síntese das biografias. De dez possíveis concorrentes citados pelo Itaú e pelo BNP, oito são comuns. Adicionalmente, o Itaú escala João Dionísio (Partido Novo) e Joaquim Barbosa (sem partido); e o BNP acrescenta como presidenciáveis Jaques Wagner (PT) e Henrique Meirelles (PSD).

Os dois elencos são encabeçados por Luiz Inácio Lula da Silva. A partir da segunda posição, o Itaú traz Fernando Haddad, Geraldo Alckmin, João Doria, Jair Bolsonaro, Ciro Gomes, Marina Silva, João Dionísio, Luciano Huck e Joaquim Barbosa.

O BNP Paribas apresenta, também por ordem de publicação, Luiz Inácio Lula da Silva, João Doria, Geraldo Alckmin, Marina Silva, Jair Bolsonaro, Luciano Huck, Jaques Wagner, Ciro Gomes, Fernando

Haddad e Henrique Meirelles.

As fontes de informação dos dois documentos são Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Câmara, Senado, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os institutos de pesquisa Datafolha e Ibope. Itaú e BNP apresentam as principais decisões aprovadas com a Reforma Política e regras já definidas para 2018 e 2020.

Itaú e BNP informam, entre outros detalhes, que o financiamento de campanha por empresas foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2015. Os candidatos em 2018 poderão receber contribuições de pessoas físicas e financiamento público com recursos programados no orçamento, com 30%, ou R\$ 1,4 bilhão, do que seria destinado às emendas parlamentares.

As duas casas apresentam o calendário eleitoral que tem início em 2 de abril de 2018. A data limite para desincompatibilização de cargos no Executivo é 7 de abril. De 20 de julho a 5 de agosto, devem ser realizadas

as convenções partidárias para definição de candidatos e alianças. O prazo para registro de candidatos expira em 15 de agosto. A campanha começa oficialmente no dia 15. Dez dias depois, a campanha chega ao rádio e à TV. Será encerrada em 29 de setembro. O primeiro turno da eleição será em 7 de outubro; de 12 a 16 de outubro, a campanha retorna ao rádio e à TV. O segundo turno será no dia 28.

O BNP Paribas lembra que registros de pesquisa de opinião devem ser encaminhados, obrigatoriamente, à Justiça Eleitoral em 1º de janeiro de 2018. Entre março e abril podem ocorrer mudanças de partido. O banco francês apresenta minuciosa descrição da distribuição de tempo no rádio e na TV aos candidatos à Presidência da República e ao Senado Federal.

Angela Bittencourt é repórter especial e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

Ajustar do jeito certo

Raul Velloso

A estratégia Meirelles de ajuste fiscal contava com a aprovação de uma reforma ampla das regras previdenciárias que tivesse efeito rápido sobre o item de maior peso no gasto, a fim de garantir metas declinantes de déficits primários. Havia ainda a emenda do teto, segundo a qual o gasto total não poderia crescer mais que a inflação, ambas difíceis de viabilizar. No mais, o governo emitiria moeda (e depois dívida no overnight) no que fosse preciso para financiar o buraco final.

Numa recessão aguda, até dá para se arriscar a emitir moeda à larga, mas misturar reforma da Previdência com ajuste fiscal de curto prazo é algo bem mais complicado. Muitos reagem dizendo que não há déficit na Previdência, e que basta redirecionar para esse segmento receitas hoje supostamente aplicadas onde não deveriam estar, tese da recente CPI sobre o tema.

Para quem recebe menos, jogar o foco em mudança de regras soa como uma injusta quebra de direitos penosamente adquiridos ao longo dos anos. A eles se unem grupos de servidores detentores de aposentadorias especiais e absurdamente altas, na fácil tarefa de barrar reformas no Congresso.

Outro erro crasso foi achar que as administrações estaduais — mais próximas de finais de mandato —

conseguiriam sobreviver sem um reforço de caixa análogo ao que a União deu a si própria, como já demonstrei seguidamente neste espaço. Parece que as autoridades federais estão testando o ponto máximo de extensão da corda da explosão social em centros urbanos como o Rio de Janeiro.

Reformar a Previdência é, de fato, crucial, mas isso tem de ser feito do jeito certo. Não como parte de um impopular e pouco compreendido ajuste fiscal de curto prazo, em que se faz um esforço enorme para mostrar economia de gastos em alguns anos logo à frente. A economia deve resultar de algo bem mais complexo, ou seja, do equacionamento do passivo atuarial, onde o objetivo final é dar sustentabilidade de longo prazo aos regimes previdenciários existentes, dentro, obviamente, do que seja possível manter. Aqui, as mudanças de regras são um item a mais num contexto em que, se tudo for bem explicado, medidas impopulares ficam bem mais fáceis de absorver. Afinal, trata-se de garantir às pessoas algum tipo de aposentadoria a longo prazo, sonho dourado de todo brasileiro.

A carga inicial deve recair sobre o segmento dos servidores, onde pululam as aposentadorias privilegiadas, e onde é mais natural focar na eliminação desses passivos, o que, aliás, o artigo 40 da

Constituição manda fazer, embora todos ignorem. Calculam-se, e divulgam-se passivos gigantescos todos os anos, mas ajuste que é bom, ninguém faz, a não ser no caso das estatais.

Basicamente, o que se deve fazer é constituir um grande fundo de pensão, para onde as projeções de longo prazo (digamos, 75 anos) dos atuais benefícios e contribuições são direcionadas, e depois a conta é fechada em termos de valor presente via:

- 1) aporte de ativos e recebíveis;
- 2) auditorias de folhas de pagamento e outros ajustes administrativos;
- 3) efeitos de mudanças de regras como as que estão em cogitação na atual proposta oficial de reforma; e, ao final,
- 4) contribuições suplementares de padrões (todos os ministérios, secretarias e poderes, nas várias esferas) e empregados.

Em vez de ficar emitindo moeda (e/ou dívida de curto prazo) para si e olhando de longe os entes subnacionais atrasando pagamentos e caminhando para a forca no último ano de mandato (quando, pela lei, teriam de zerar os atrasados), o governo precisa mudar seu enfoque antes que seja tarde demais.





Dois pontos adicionais devem ser registrados. Um é que a eliminação do passivo previdenciário permitirá retirar a parcela dos inativos e pensionistas dos orçamentos públicos. Essa parcela é majoritária no segmento residual dos orçamentos, onde divide um espaço bastante apertado com o gasto discricionário, e se estima, em média, em cerca de 20% da receita corrente total líquida. Em seu lugar, entrará a contribuição patronal apenas do suborçamento discricionário, algo bem menor. Já as contribuições dos majoritários segmentos que têm fatias cativas dos orçamentos serão cobradas diretamente deles, pois hoje eles praticamente não contribuem com qualquer parcela da despesa de aposentados ou fazem qualquer contribuição patronal. Ou seja, caberá a eles encontrar os caminhos para ajustar seus próprios gastos.

Finalmente, cabe notar que o equacionamento do passivo atuarial cria também a possibilidade de se aliviar o caixa dos entes sufocados pela recessão via securitização dos ativos/recebíveis incorporados ao fundo previdenciário (ou seja, a antecipação de ingressos futuros relacionados à venda desses ativos/recebíveis). Para os entes subnacionais, a União, que se arrisca muito ao financiar seus próprios déficits com emissão de moeda, poderia ajudar antecipando recursos, via BNDES, por exemplo, diante do grande volume envolvido e das incertezas. E tudo isso, como já demonstrei à parte, sem afetar o resultado primário ou outros indicadores relevantes.

Não é por falta de fundo



Lobby. Governadores estiveram na semana passada com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para pedir a legalização do jogo de azar e o uso de sua arrecadação

Governo já tem verba para segurança, com orçamento de R\$ 1 bi e execução de apenas 17%

EDUARDO BRESCIANI
E RENATA MARIZ

BRASÍLIA - Enquanto o Senado discute a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (FNDSP) dentro do pacote de combate à violência em debate no Congresso, uma outra rubrica existente há anos no Orçamento, com praticamente o mesmo nome e saldo bilionário em 2017, tem gastos irrisórios. Ligado ao Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Segurança Pública só investiu R\$ 185 milhões neste ano, apenas 17,3% do valor previsto.

Para financiar o novo fundo, governadores querem usar recursos obtidos com a arrecadação de impostos da exploração de jogos de azar, prática atualmente vedada no Brasil. O fundo existente tem orçamento de R\$ 1,065 bilhão para este ano. Até agora, porém, apenas R\$ 395,4 milhões foram empenhados, ou seja, reservados para serem transferidos quando a obra ou o serviço contratado for finalizado. Além dos R\$ 185 milhões pagos do orçamento deste ano, foram quitados outros R\$ 126,4 milhões remanescentes de períodos anteriores, os chamados restos a pagar. Os dados são do portal Siga Brasil, do Senado. O baixo nível de execução é frequente. Nesta década, em nenhum exercício o patamar de

pagamento chegou a 40% do que estava liberado.

Para 2018, o governo propôs R\$ 561,9 milhões para o fundo. Em 2017, a proposta foi de R\$ 506,3 milhões, e o Congresso dobrou a verba. O Ministério da Justiça diz que um dos motivos da baixa execução é que muitas das emendas parlamentares que compuseram parte do fundo ainda estão em análise e por isso não foram empenhadas. Um grupo de sete governadores, além de representantes dos outros estados, esteve na semana passada em Brasília, em encontro com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e pediu a legalização dos jogos de azar com o propósito de reverter a arrecadação de impostos com a atividade, hoje classificada como contravenção penal, em recursos para combater a criminalidade. O novo fundo também prevê que parte da arrecadação de impostos pagos pelas indústrias bélica e de armamentos, empresas de segurança privada e instituições financeiras, bem como a metade do que for recebido em leilão judicial de bens e mercadorias de origem ilícita, seja destinada ao setor. Na rubrica atual, o dinheiro vem basicamente do Orçamento da União e é repassado por meio de convênios a partir da apresentação de projetos pelos estados.

O texto em debate prevê que a execução será feita mediante





transferência para os estados e o Distrito Federal. Uma lei complementar regulamentaria a distribuição e a aplicação. Jefferson Portela, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública e titular da pasta no Maranhão, afirma que o contingenciamento do atual Fundo de Segurança Pública sempre foi a maior dificuldade para os estados acessarem a verba. — A gente nem conta com esse fundo, que historicamente é contingenciado — resume. Para usar o pouco que sobra, reclama Portela, é preciso vencer outros obstáculos, como procedimentos excessivamente burocráticos. Ele se queixa do atraso na avaliação de projetos apresentados pelos estados. — Muitas vezes uma comissão que está cuidando da proposta tem um determinado enfoque, concorda com o projeto apresentado. Aí muda o grupo e começa tudo do zero. É muita burocracia.

O analista criminal Guaracy Mingardi, ex-diretor da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, afirma que a criação de um fundo com receita vinculada é uma “resposta parcial, que ajuda, mas não resolve” o problema da violência. Ele alerta que, se não houver regras claras de aplicação da verba, o novo instrumento de financiamento frustrará as expectativas da população. Um dos pontos a serem avaliados é o formato de repasse fundo a fundo obrigatório, a exemplo do que ocorre na Saúde e na Educação, reivindicado pelos estados. Para Guaracy, embora acelere as transferências, o modelo abre espaço para escolhas equivocadas. — A União tem que ter alguma discricionariedade para transferir o recurso, porque o estado pede dinheiro sempre para as mesmas coisas como arma e viatura, que devem permanecer sendo custeadas com orçamento próprio. A verba extra tem que ir para formação de policiais, assistência médica e psicológica, pesquisas de vitimização — defende Guaracy.

RISCO DE CONTINGENCIAMENTO EXISTE

Outra ponderação do especialista é o risco sempre presente de contingenciamento do recurso — mesmo que a lei vede tal bloqueio. Guaracy lembra que o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), cuja receita principal vem da arrecadação da loteria federal, passou anos sendo bloqueado pelo governo para fazer caixa e só foi liberado em parte no fim de 2016 por determinação do Supremo Tribunal Federal. Mesmo após a liberação de R\$ 1,2 bilhão do Funpen no ano passado, os resultados práticos são desanimadores: praticamente metade dos estados sequer apresentou projetos para construção ou reforma de presídios, que é a destinação de 70% do dinheiro transferido. Pela lei, ao fim de 2017, os recursos não empenhados pelos estados terão de ser devolvidos ao Funpen, a menos que um ato do ministro postergue o prazo.



Juristas discutem medidas que não entraram em pacote

CAROLINA BRÍGIDO E
ANDRÉ DE SOUZA

BRASÍLIA

Enquanto os deputados se apressam para votar projetos relacionados à segurança pública, uma comissão de juristas formada a pedido da própria Câmara começa a preparar propostas para combater o crime organizado. Terrorismo, fontes de financiamento do crime organizado e controle das comunicações dos chefes de facções. Essas são algumas das preocupações dos integrantes da comissão de juristas. O grupo é presidido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). À exceção do bloqueio de comunicação dentro dos presídios, a comissão de juristas passa longe das propostas aprovadas na semana passada pela própria Câmara, que se dedicou a enfrentar questões relacionadas aos criminosos que já estão na cadeia. Moraes disse que a comissão estuda métodos de investigação usados hoje nos Estados Unidos e na Europa contra o terrorismo e quer adaptar a experiência dos outros países para combater criminosos brasileiros.

Até agora, houve apenas uma reunião, na qual foi traçado um plano de trabalho. Ainda serão feitas novas audiências, inclusive com participação de convidados para

debater o tema. Isso inclui Ministério Público, Judiciário, advocacia, polícias, Receita Federal e acadêmicos. — É preciso utilizar mecanismos, que a comissão já começou a estudar, hoje usados nos Estados Unidos e Europa não só contra o crime organizado violento, como para o terrorismo. Existem hoje métodos especiais de investigação do terrorismo. E todo o terrorismo na Europa no ano passado não matou um quarto do que o crime organizado matou no Brasil. Para crimes excepcionais, medidas excepcionais, dentro da Constituição — declarou Moraes. Além do ministro, compõem a comissão oito pessoas, como o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio. Ele argumenta que, mais do que discutir penas, o importante é encontrar formas de “sufocar” o financiamento do crime organizado. Segundo ele, as medidas existentes hoje, como leilão de bens de traficantes, são insuficientes.

— Insuficiente mesmo, porque não ocorre com a rapidez que precisa e não ocorre com o alcance que precisa. Não é apenas o bem diretamente ligado (ao criminoso), mas todo o sistema de financiamento empresarial. Vamos imaginar que exista uma lavagem de dinheiro para montar uma empresa de fachada, que exista dinheiro com os familiares,

com laranjas. Todos os bens tem que ser extintos, apreendidos, leiloados, para sufocar qualquer ligação das pessoas com tráfico de drogas e de armas — disse Smanio. Um dos argumentos mais citados por quem é contra a legalização dos jogos de azar, proposta defendida agora por governadores e encampada por parlamentares, é justamente o de que isso permitiria a lavagem de dinheiro do crime organizado. Ironicamente, a medida é vista pelos chefes dos Executivos estaduais como um forma de gerar recursos para a segurança pública.

Moraes e o advogado Renato da Costa Figueira, que também faz parte da comissão, defendem a pena de prisão apenas para criminosos perigosos, como os chefes do tráfico. Segundo Moraes, seria o caso, por exemplo, do chefe do tráfico e do político corrupto. Para crimes menores, o ministro acredita que penas alternativas sejam suficientes. Essa seria uma solução inclusive para a crise do sistema penitenciário, que está cada dia mais lotado. Figueira pensa parecido, mas evita entrar em detalhes sobre quem especificamente deve passar um tempo atrás das grades. — Ele (o preso) lá experimenta uma verdadeira universidade do crime. É necessário que as prisões sejam reservadas para os crimes graves, em que os criminosos apresentam elevada periculosidade.